

## HIPÓTESES DE CULTURA, DE MANUEL MARIA CARRILHO

## A questão é política

ANTÓNIO MEGA FERREIRA\*

**A**o terminar a leitura do livro de Manuel Maria Carrilho, *Hipóteses de Cultura*, recolha de algumas das suas intervenções mais relevantes desde que assumiu a pasta da Cultura, em 1995, ocorreu-me que o que aqui se lê retrata com fidelidade a imagem múltipla e sucessiva que fomos tendo do seu autor, nos últimos anos. Se houvesse um barómetro de sensibilidades e humores, Manuel Maria Carrilho teria nele um comportamento absolutamente atípico, ao sabor dos disparates que sobre ele, a cultura e a política se foram dizendo ao longo dos últimos anos.

Tracemos, em primeiro lugar, o retrato do Homem: um *scholar*, com reconhecido currículo académico e obra publicada, filósofo, para mais, que aterra de repente num sector espinhoso, hipersensível e inútil, ao qual, ainda por cima, se dá a dignidade de Ministério. Este era o ponto de partida, quando Manuel Carrilho foi chamado ao Governo socialista.

Sobre o que um ministro da Cultura deveria ser, no Governo e perante a sociedade, reinavam algumas ideias curiosas: por exemplo, a de que a cultura era uma arma decorativa — e assim tinha sido entendida na segunda metade do consulado de Cavaco Silva — antes de ser uma prática colectivamente assumida; ou a de que o departamento estatal competente constituía uma espécie de saco azul para apaziguamento das iras dos intelectuais e arregimentação venal de algumas boas vontades; ou, ainda, e por isso mesmo, que a um ministro deveria caber a função sedativo-ornamental de um chefe de protocolo suficientemente discreto para não se armar, sequer, em árbitro das elegâncias.

Foi quando alguns defenderam que um ministro da Cultura não tinha que ser culto, apenas tinha que provar ser gestor. Trata-se evidentemente de uma falácia, construída à medida do detentor da pasta no último Governo social-democrata que, por acaso, não era nem culto nem gestor. Mas com isto fazia vencimento político um duplo equívoco: o primeiro, de

que é possível governar sem cultura; o segundo só aparentemente divergente deste, de que alguém pode ser membro do Governo sem ser político.

Foi neste quadro que, lembro-me perfeitamente, alguma imprensa tentou construir a imagem do escritor distraído, ignorando que a distração não é apanágio dos filósofos, antes, como dizia o intratavelmente excelente padre José Agostinho de Macedo, é manha de matemáticos.

Foi sol de pouca dura. Rapidamente se descobriu, com surpresa, que o novo ministro era politicamente activo, que as suas intervenções

que não. O que importa, neste contexto, é que os textos recolhidos no livro que, com prazer, aqui apresento respondem, a meu ver com meridiana clareza, às múltiplas questões que a acção governamental de Manuel Maria Carrilho levanta. Ou, pelo menos, balizam, sem ambiguidades, o quadro em que o seu pensamento se move. É tudo uma questão de saber ler.

O autor propõe as regras do seu jogo: em primeiro lugar, para ele, a cultura tem, nas sociedades contemporâneas, uma dimensão estruturante, isto é, ela não se confina ao exercício

dos discursos cristalizados, não, a cultura não pode ser indiferente aos murmúrios do tempo e aos gritos da rua. Uma cultura que se entenda como projecto e que, nessa dimensão, se transforme em «eixo vivo e inspirador da acção política», constantemente questionando-se e questionando a sua realidade, porque a cultura é construção da identidade de um povo e não relicário das suas identidades passadas. É aqui que o posicionamento de Manuel Carrilho toca, a meu ver com acuidade, uma das distinções fundamentais entre esquerda e direita na nossa sociedade. Porque, colocando o Estado no lugar de gestor político da sociedade, lhe atribui um papel relevante, claramente intervencionista, na vida cultural.

**D**urante os anos oitenta e parte da década de noventa, generalizou-se, entre nós, numa euforia neoliberal aprendida tarde e a más horas, uma demonização do Estado tão ignorante como irresponsável. No domínio da cultura, a sacralização do mercado, de que o autor também fala, conduziu à destruição, «num entusiasmo quase delirante», de uma boa parte do aparelho do Estado. Em vez de conhecer o mercado como um instrumento «que deve ser pensado em função dos objectivos sociais, culturais e educacionais do País», a direita neoliberal vê-o como um fim social em si, o que, aliás, deveria, em boa lógica, levá-la a defender a autodissolução do Estado.

O espantoso da hegemonização cultural do Estado, ou seja, da sua instrumentalização com fins propagandísticos, só grosseiramente pode cruzar-se com esta questão de filosofia política: como o autor escreve, «o que o Estado deve procurar não é nunca ser directamente produtor de cultura: o seu papel é, antes, o de procurar estimular, de todas as formas, a produção de cultura na suas diversas áreas».

O programa de Manuel Carrilho é, portanto, uma cartilha que recusa melancolia política que decorre, nos últimos tempos, da monotonia democrática. Porque, no cerne da sua filosofia política, a ideia do conflito supera a de consenso, porque, para ele, a política são opções, porque, sem a política, a vida é uma espécie de gelatina, sem consistência nem futuro.

Tudo isto começou a ser dito em finais de 1995. E é por isso surpreendente que alguém ainda se surpreenda com aquilo porque se bate Manuel Maria Carrilho. Não sei se todas as suas acções governativas são as melhores. Admito que eu próprio, em mais de uma vez, tenha duvidado do melhor acerto das suas decisões. Mas, como cidadão, só posso regozijar-me com o facto de o ministro da Cultura se propor, como vector da sua intervenção cívica, «fazer da política uma actividade com uma assumida matriz cultural».

Porque, em matéria de cultura — como em todas as outras —, a questão é essencialmente política. E uma questão de políticas é sempre uma questão cultural.

**A cultura não é, por isso, nem «uma flor na lapela» (a expressão é do autor) nem uma excrescência económica, nem um luxo incontornável, pelo que é ridícula a ideia de que, cito de novo, «o ministro da Cultura deve tratar do seu pequeno gueto, mas não interfere em mais nada».**

parlamentares não se limitavam ao *tricot* das coisinhas culturais, que o seu espaço de actualização não se confinava ao deve e haver do seu ministério. Alguns acharam escandaloso que o ministro da Cultura interviesse politicamente nas controvérsias partidárias, intra e extramuros. Descortinaram-lhe ambições, emprestaram-lhe roupagens de ministro da Propaganda, para logo depois o acharem em perda de influência e à beira do desastre.

**O** último episódio desta ilusão cômica é acusarem o ministro de se entreter com obras de fachada, ou de se preocupar excessivamente com a sua própria imagem, assimilando-o assim a práticas anteriores com as quais nada pode ter que ver, porque a sua acção provém de uma outra cultura política, de quadros e pressupostos radicalmente diversos.

Não me cabe defender aqui o ministro destes sucessivos equívocos. Não sei se, qual Narciso lusitano, se contempla todos os dias nas águas do Tejo. Nem sequer me interessa que sim ou

das suas técnicas, antes se inscreve na historicidade como uma das suas componentes axiais. A cultura não é, por isso, nem «uma flor na lapela» (a expressão é do autor) nem uma excrescência económica, nem um luxo incontornável, pelo que é ridícula a ideia de que, cito de novo, «o ministro da Cultura deve tratar do seu pequeno gueto, mas não interfere em mais nada».

Em segundo lugar, se isto é assim, convém situar um ministério da Cultura não já exclusivamente em relação aos agentes culturais, em sentido estrito, mas em relação ao conjunto da sociedade e do aparelho de Poder. Num curto texto, que funciona como autêntica súplica do seu pensamento nesta matéria, Manuel Maria Carrilho sublinha que a gestão cultural se deve fazer numa perspectiva de transversalidade social e de instrumentalização do mercado. E disto decorre, naturalmente, que não vê o seu ministério como uma estrutura meramente reactiva, mas como um instrumento proactivo de transformação política da cultura.

Situando com clareza o lugar de onde deve ser pensada uma política cultural de esquerda, Manuel Maria Carrilho pode então partir para uma reflexão sobre as diversas hipóteses de cultura que se nos colocam, neste final de milénio. Em dois ou três textos fundamentais, dos quais destaco o capítulo 25, o autor caracteriza o processo de mutação cultural no quadro daquilo a que chama a «consensualização ideológica», a «mediatização comunicacional» e a «trivialização ética».

É da necessidade de repensar a cultura na dimensão desta tripla mutação que se pode ensaiar o papel de uma esquerda pós-divina, ou seja, de uma esquerda que recuse o conforto das suas certezas tradicionais, procurando interrogar a sociedade no que ela tem de aceleração novo, não rejeitando nenhuma das valências novas que sobretudo a mediatização trouxe à esfera do cultural. Não, o mundo não caminha necessariamente num único sentido, não, a cultura não se restringe à reprodução

Conferência proferida sobre:

## “Os Fenícios na Península Ibérica”

pelo

Prof. Doutor Giovanni Garbini,  
Catedrático de Filologia Semíticana Universidade de Roma “La Sapienza”  
e Académico dos “Lincei”.Museu Nacional de Arqueologia  
Mosteiro dos Jerónimos  
Praça do Império  
LisboaSexta-Feira  
7 de Maio de 1999  
20.00 horas  
Entrada LivreConferência promovida pelo  
INSTITUTO ITALIANO DE CULTURA EM PORTUGAL em  
Colaboração com o MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA.\*Texto de apresentação de *Hipóteses de Cultura*, lido na cerimónia de lançamento da obra, no dia 15 de Abril.